

Editorial / Editorial

É com satisfação que a equipe editorial apresenta o primeiro número de 2013 da Revista de Educação PUC-Campinas, a qual, a partir deste ano, terá edição quadrimestral. Outra importante conquista é a possibilidade de acesso *online* de todos os números da revista, no Portal de Periódicos da PUC-Campinas (<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>).

Mantivemos em cada número da Revista de Educação PUC-Campinas a publicação da *Seção Temática*, que em seu número anterior abordou a Educação Infantil em seus aspectos histórico e político, assim como as perspectivas que se colocam para esta etapa educativa no âmbito pedagógico.

Diante da quantidade e qualidade de artigos submetidos à Revista sobre a referida temática, organizamos uma segunda edição sobre a temática *Educação Infantil: História, Políticas e Perspectivas* neste primeiro número de 2013.

Representações sobre a atuação docente na educação infantil: história e narrativa, de Mirela Aragão, é o artigo que inicia as discussões da seção temática. A autora investigou as representações de professoras atuantes na Educação Infantil a respeito de sua função, que, problematizadas, oportunizarão possibilidades para pensar sua formação profissional. A partir de uma perspectiva histórico-cultural, o artigo proporciona uma reflexão crítica sobre a atuação e formação docente para a Educação Infantil, questionando as “naturalizações” e denunciando contradições.

Abordando também a identidade docente, Célia Maria Guimarães e Gilza Maria Zauhy Garms, ao refletirem sobre os avanços e desafios originados da legislação e das políticas nacionais para a Educação Infantil assinalam, no artigo *Currículo para a educação e o cuidado da criança de 0 a 5 anos?* as possibilidades de formação da identidade de professores e da creche/pré-escola, buscando ressignificar o cuidar-educar, como qualificativo necessário para a construção de um currículo da infância, mas, sobretudo, para programas de formação de professores.

Na sequência, são analisadas as políticas nacionais de formação do professor de Educação Infantil, a partir de 1990, e discutidos os desdobramentos dessas políticas na prática. O artigo de autoria de Ana Luisa Nogueira de Amorim e Adelaide Alves Dias, intitulado *Formação do professor de educação infantil: políticas e processos*, aponta os descompassos entre a legislação e as políticas nacionais e o que ocorre nas políticas e práticas locais. O estudo se articula com as discussões da área e reafirma a necessidade de se investir em uma formação específica para o professor de Educação Infantil.

O artigo seguinte, *A educação como experiência a partir de histórias lidas e contadas: momentos de (re)criação da infância*, relata os resultados parciais de um projeto de pesquisa e extensão universitária realizado em 2010 em uma instituição de apoio a crianças e adolescentes, na cidade de Marília, interior de São Paulo. O projeto focalizou atividades com leituras literárias e contação de histórias como elementos para a formação do leitor mirim e ampliação do seu repertório cultural. As reflexões dos autores, Cláudio Roberto Brocanelli, Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto e Lizbeth Oliveira de Andrade, apoiaram-se nos estudos de Vygotsky, Benjamim e Bakhtin.

Trazendo para o cenário das discussões sobre a Educação Infantil a relevante temática da criança com deficiência, o artigo de Adriana Cunha Padilha, intitulado *A educação infantil e a criança com deficiência: desafios e possibilidades*, trata dos diferentes enfoques sobre o tema que englobam desde questões biologicistas, psicológicas,

assistencialistas, até enfoques ligados a escolarização das crianças de 0 a 6 anos. O estudo reflete sobre a permanência e escolarização de uma aluna com deficiência física matriculada em uma escola regular de ensino de Educação Infantil.

As discussões sobre identidade docente, infância, políticas para a Educação Infantil e a inclusão de crianças com deficiência, se completam com o artigo de Bruna Ribeiro sobre auto-avaliação em instituições de Educação Infantil. O artigo, *Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites*, apresenta e discute os dados de uma experiência de auto-avaliação em quatro instituições de Educação Infantil conveniadas do município de São Paulo, realizada com a aplicação da metodologia e do roteiro de questões propostos no documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, publicado pelo Ministério da Educação em 2009. A avaliação realizada permitiu a expressão de denúncias, sonhos, anseios e desejos, mas também evidenciou processos de autoritarismo, exclusão e silenciamento.

Na seção de artigos temos, nos três primeiros deles, discussões sobre os professores, os alunos e política nacional sobre Ensino Fundamental de nove anos. O primeiro, de autoria de Rosana Mara Koerner, intitulado *Os professores e a implementação do ensino fundamental de 9 anos*, objetivou perceber qual o espaço que foi/é dado ao professor nas discussões que envolveram/envolvem a implementação do novo modelo de Educação Básica nas redes pública e privada de uma cidade do Norte de Santa Catarina. Os resultados indicam que a maioria dos professores recebeu algum tipo de orientação. Contudo, permanecem muitas dúvidas, especialmente sobre conteúdos e metodologias.

No segundo artigo, *Ensino fundamental de nove anos: a emergência de um novo aluno?* a autora Rochele da Silva Santaiana, analisa o Ensino Fundamental de nove anos como uma política pública para a Educação, reconhecendo a escolarização obrigatória da criança de seis anos no Ensino Fundamental como uma forma de governo. As escolhas metodológicas para a realização do trabalho inserem-se na linha de pesquisa dos Estudos Culturais, em sua vertente pós-estruturalista. A autora discute que a emergência dos alunos de seis anos no Ensino Fundamental ocorre por meio do governo dessa população infantil, que se torna escolar num sistema obrigatório de ensino, tornando-se alunos oficiais.

O terceiro, de autoria de Andréia Silva Abbiati e Cleiton de Oliveira, *Uma análise das manifestações do Conselho Nacional de Educação sobre a escola de nove anos*, discute as implicações administrativas, pedagógicas e financeiras da promulgação da Lei Federal nº 11.274 para a manutenção e desenvolvimento do ensino, gerando consultas dirigidas ao Conselho Nacional de Educação. O artigo analisou as manifestações do Conselho Nacional de Educação, referentes à ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos, no período de 1998 a 2009. Entre outros resultados, a pesquisa detectou “silêncios” nestas manifestações, referentes aos seguintes assuntos: demanda escolar, adequação dos espaços físico e material e proposta curricular para a nova realidade.

Avaliação externa e as repercussões em uma escola de baixo rendimento é o artigo de Orlando Carlos Morasco Junior e Renata Prenstteter Gama, que apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as repercussões do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) em uma escola pública com baixo desempenho, bem como analisou as ações delineadas pelos diferentes agentes envolvidos no sistema educacional para melhorar esses índices. Por meio da técnica de triangulação de dados, os autores apontaram que o SARESP não tem contribuído significativamente para a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que há divergências nas concepções dos agentes educacionais em relação a esse exame - efeito do trabalho de postura não-colaborativa.

António Gomes Ferreira e Luís Mota, autores do artigo *A formação de professores do ensino secundário em Portugal no século XX*, nos apresentam um panorama sobre os modelos de formação de professores do ensino secundário em Portugal durante o século XX, articulando três componentes: a formação científica no domínio da

especialidade que o professor lecionará, a preparação científica do âmbito psicopedagógico e a prática de ensino. Analisam o Curso de Habilitação para o Magistério Secundário, as Escolas Normais Superiores, o Curso de Ciências Pedagógicas e o Estágio, para, já a partir da década de 1970 do século passado, enfocar os modelos sequencial e integrado, fazendo referência à formação dos professores que se encontravam em exercício de suas funções.

Aos nossos estimados leitores e colaboradores, desejamos que este número se constitua em mais uma possibilidade de ampliação de conhecimentos e estímulo ao debate de temas que envolvem a educação dentro e fora do nosso País.

Helosa Helena Oliveira de Azevedo
Editora